



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 10 de setembro de 2014

MPE quer clareza no preço dos produtos e serviços

Karla Pinheiro

A Lei nº 10.962/2004 e o Decreto nº 5.903/2006 que trata da afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor vêm sendo descumprida na capital sergipana por boa parte dos estabelecimentos comerciais. Uma denúncia feita por um consumidor, através da Ouvidoria do Ministério Público do Estado (MPE), motivou a Promotoria de Direitos de Defesa do Consumidor a instaurar inquérito civil para ajustar o comércio de produtos à legislação vigente.

Como a denúncia feita se referia ao descumprimento da lei na rede Cencosud, que administra as lojas G. Barbosa, ontem (09), houve a primeira audiência pública para ajustes. Na assentada os representantes da empresa se comprometeram no prazo de 60 dias, promover o realinhamento da precificação de seus produtos, expostos à venda, em todas as lojas, devendo



■ **Euza Missano:** “a oferta tem que espelhar a realidade, aquilo que o consumidor irá pagar”

informar adequadamente o valor do produto total e o valor das parcelas, de forma legível e ostensiva, com fonte de tamanhos uniformes.

“O que tem acontecido são os valores das parcelas em fonte bem grande e o valor final do produto bem pequeno, isso causa confusão para o consumidor. A oferta tem que espelhar a realidade, aqui-

lo que o consumidor irá pagar, portanto, parcelas e valor final do produto devem estar legíveis e com o mesmo tamanho de fonte”, diz a promotora de justiça Euza Missano.

• Adequações

A primeira audiência foi com o G. Barbosa, mas de acordo com a promotora, boa parte do comércio descumpra a legis-

lação, portanto, todos serão convocados a se adequar. “O problema acontece em quase todas as lojas do comércio, então o inquérito foi aberto através de denúncia específica do G. Barbosa, mas será estendido a demais redes de supermercados, magazines e lojas. Inclusive, é bom que as empresas comecem a se adequar”, alerta a promotora.

